



ENERGIA

4

Revista Trimestral • 2011

Moçambique

Patrocinador Oficial:

HYDROELÉCTRICA DE
CAHORA BASSA
CORPORACIÓN DE MOÇAMBIQUE

HCB como *quebra gelo*

MOÇAMBIQUE/ PORTUGAL

FUNAE "Iluminando
os pobres"

4

FUNAE "Iluminando os pobres"



8

Vilankulo: "A menina dos olhos de Oiro"



12

Self: "Reinventar" energia



18

MOZAL e SASOL: Um exemplo que vale a pena seguir?



DISP. REG. N° 5 GABINFO/DE/2008

Propriedade: STATUS - Consultores de Comunicação
Endereço: Av. 25 de Setembro, n° 1123
Prédio Cardoso
Telefs.: +258 21327116/7
E-mail: status@tvcabo.co.mz
Website: www.status.co.mz
Director: Inguila Sevene
Directora Comercial: Yara Rodrigues
Consultor de Vendas: Virgílio Fernandes
Direcção Editorial: Cassimo Ginabay
Colaboração: MBanze F, João Chidamoio,
João Venâncio e Marcos Miguel
Design: Luís Filipe Tembe
Fotografia: A. Mahumana
Tiragem: 5.000 exemplares

A questão dos megaprojectos, com a Mozal à cabeça continua alimentar endiabrados debates com a sociedade civil a apelar para a necessidade urgente da sua revisão. Um tema sensível em que o poder parece ter dificuldade de gerir, sob pena de ser rotulado de um país não serio para investir.

Este o assunto que domina a actual edição. Trazemos uma achega ao tema de um experimentado e reputado economista, Prof. Nuno Castel - Branco e ainda uma outra abordagem sobre a experiência africana, quanto a renegociação dos grandes projectos. Temos igualmente uma entrevista com a Presidente Executiva do FUNAE, Miquelina Menezes onde ela conta o esforço da sua organização e as parcerias em curso para levar energia as zonas carenciadas do país.

A actual cobertura eléctrica aos mais de 800 mil quilómetros quadrados que perfazem o território moçambicano é de apenas 14 por cento, segundo os dados oficiais e de 10 por cento segundo o Banco Mundial. É das taxas de cobertura das mais baixas do continente africano.

Temos nestas páginas também entre outros temas, uma interessante reportagem de como a qualidade de energia veio alterar radicalmente a vida da autarquia de Vilankulo, actualmente das mais vibrantes do país.

Frase do trimestre:

“engolir e seguir, quer seja a doutrina antiga ou a propaganda nova, é uma fraqueza que ainda domina a mente humana” -

Charlotte Gilman, Human Work-1904

HCB como quebra gelo

A importância estratégica de que Moçambique goza no campo da energia em África, tem estado a seduzir múltiplas companhias e investidores e o desfecho com êxito do *dossier* HCB a servir de “pedra de toque” de todo este “puzzle” energético que se vai seguir nos próximos tempos no país. Como no passado de guerra, a equação HCB foi a que sempre deu sinais de vitalidade e de rapidamente evoluir positivamente e actualmente veio dinamizar as relações entre Portugal e Moçambique, que pareciam em rota de colisão, devido à inconclusão deste *dossier*.

HCB, localizada na província moçambicana de Tete é tida como a quarta barragem do mundo e a maior do Continente Africano, gerando pouco mais de 2 mil MW de energia, na sua maioria destinada à África do Sul em linhas de 1400 quilómetros, das mais extensas do mundo, a partir da subestação de Matambo em Tete, até ao centro de transformação de Apollo, em solo sul-africano.

Encerrado em 2007, por 950 milhões de dólares, valor que continua a ser amortizado segundo o clausulado, o *dossier* HCB atraiu para o país os projectos Mpanda Nkwua, Moamba Major, Temane, Benga, Central Norte da HCB, cujos investimentos superam 10 biliões de dólares.

Moçambique quer liderar o negócio de energia em toda a região austral e de África, quando estes projectos estiverem concluídos daqui a uma década. Uma ambição que começa quando a HCB foi edificada na década 60, com objectivo-chave de aglutinar as economias dos países vizinhos. Uma ambição que se mantém de pé e nunca abandonada e acrescento possível de se atingir, segundo uma fonte do Banco Mundial.

O capital privado neste projecto parece assegurado e as expectativas provocadas pelo negócio da HCB são encorajadoras para a banca internacional apostar.

E o negócio da energia, o maior do mundo, parece um assunto omnipresente. Durante a visita de Sócrates a Maputo a questão foi retomada dominando o debate político entre os dois países, o que levou Portugal a pôr à disposição uma linha de crédito de mil milhões de euros para os próximos tempos.

Portugal que está na vanguarda das energias renováveis na Europa quer emprestar a sua sabedoria e engenharia neste negócio, impulsionado pelo *dossier* HCB, trazendo um novo fôlego no casamento entre a antiga potência colonizadora e a ex-colónia.

É neste campo incipiente das energias renováveis e não só, incluindo a indústria extractiva que a revista **Energia Moçambique** que agora completa um ano de vida, se predispõe a privilegiar na sua abordagem, tendo como horizonte transmissão de conhecimento e a mudança da paisagem eléctrica do país.

É um sector que nos desafia igualmente ao melhoramento da nossa capacidade negocial, para evitar uma reedição da Mozal e Sasol, sob pena de continuarmos eternos exportadores de matéria-prima e de ganhos marginais.

Apesar das vicissitudes com que esta organização jovem proprietária da revista **Energia** se confronta, mantemos alto o nosso compromisso de informar e transmitirmos conhecimento, numa linha de isenção, equistância, rigor e de bem servir o *bem comum*, valores que nos cobrem e que jurámos salvaguardar como a nossa bíblia.

Mas esta travessia do deserto mostra-se séria e nalguns casos traumática, mas alcançável e que “vale a pena” arriscar, parafraseando o presidente Guebuza, no selar dos múltiplos acordos, incluindo das energias, durante a visita do PM, José Sócrates a Maputo, tendo sempre presente a HCB, como o quebra-gelo das relações entre os dois países.



Cassimo Ginabay

c.ginabay@status.co.mz ou c.ginabay@yahoo.com.br

FUNAE: “Iluminando os pobres”

POR CASSIMO GINABAY

Quando o FUNAE foi criado há cerca de uma década era inimaginável que a agência estatal se transformasse rapidamente no símbolo de energia das populações pobres no interior de Moçambique.

Ela é hoje referência incontornável na disseminação de energia à baixo custo pelas localidades mais recônditas das 11 províncias moçambicanas, onde a agência mantém as suas operações.

Operações que são executadas em condições extremamente difíceis em terrenos íngremes, segundo revelou a sua Presidente- Executiva, a economista sénior, Miquelina Menezes, em entrevista a revista **ENERGIA MOÇAMBIQUE**.

Os funcionários da agência são obrigados a viajar em canoas e posteriormente a pé por zonas intransitáveis de carro para fornecer energia aos locais necessitados, numa verdadeira obra de coragem, realça Menezes para quem a sua organização é pioneira no país na instalação de energia na base de painéis solares. A empresa está assinalar os seus 13 anos de existência, com manifestações de índole cultural e informativo sobre as realizações do Fundo Nacional de Energia, **FUNAE**, na sigla em português.

São painéis solares que são priorizados primeiramente para abastecer escolas e centros de saúde e em algumas ocasiões as bombas de combustível, onde a energia da rede nacional não chega. O Funae também procede à montagem de mini centrais hídricas para produzir energia. Exemplos frescos desta engenharia pode-se encontrar em Rotanda, na província central de Manica. A referida mini central hídrica vai abastecer as populações circunvizinhas e tem a possibilidade de ser injectada à rede nacional da EDM quando for contemplada, explica, a mulher



...Tudo é pago e todas as despesas são documentadas através de recibos e outros. O valor, claro que é simbólico mas não é de borla/não é gratuito. As vezes o dilema é sair daí e encontrar um banco para fazer o depósito do dinheiro”, Presidente –Executiva do FUNAE, Miquelina Menezes.

Presidente do **FUNAE**.

Uma outra mini hídrica está localizada em Majune na Zambézia, com capacidade de produção de pelo menos 700 kw que vai abastecer diversas aldeias da região, descreveu Miquelina, alguns projectos operativos do **FUNAE**.

O investimento inicial é oneroso mais compensa quando se trata de abastecer esses lugares fora da linha da rede nacional, a chamada espinha

dorsal da EDM (Backbone). A questão custo-benefício tem estado a pesar na abordagem que o **FUNAE** faz com os seus parceiros de cooperação, múltiplas vezes incompreendida devido à sua insustentabilidade financeira. Mas o **FUNAE** não baixa os braços dado a sua responsabilidade, como braço estatal de elevar a cobertura eléctrica a sua população e de luta contra a pobreza, o principal estandarte político do actual

Governo, esclarece Menezes, para quem é gratificante estar na linha da frente desta operação.

Para este ano recebemos do Estado entre 8 e nove milhões de dólares para as diversas operações no país, caracteriza. Temos igualmente projectos no sector energético com parceiros internacionais entre eles, governo norueguês e Holanda em negociação, Banco Mundial, cujos fundos serão desembolsados proximamente e o Reino da Bélgica. Este último país acaba de libertar 15 milhões de euros para os próximos quatro anos.

Temos também do Governo português um apoio de nove milhões de euros, para electrificar 50 aldeias nas 10 províncias moçambicanas com base em sistemas solares. É um programa de três anos, a começar este ano", anunciou Menezes. "Temos com os portugueses um projecto de estudo que vamos fazer sobre avaliação, mapeamento das energias renováveis que inclui o estudo do vento e sol, ", prosseguiu a Presidente-Executiva do FUNAE.

Portugal é um parceiro a não perder de vista nesta cooperação energética. Possui uma larga experiência no campo das energias renováveis, com 45 por cento do seu país abastecido por aqueles sistema.

Durante a visita do primeiro ministro português, José Sócrates a questão energética mereceu prioridade na agenda política dos dois países. Moçambique tem Portugal como parceiro privilegiado e estratégico, consequência do êxito do *dossier* Cahora Bassa.

Moçambique detém actualmente 85 por cento de participação na HCB, contra 15 por cento do Estado português. Os pagamentos decorrentes da reversão na ordem dos 900 milhões de dólares continuam em curso.

Como é feito a selecção dos distritos a serem contemplados pelas operações do **FUNAE**? A selecção é feita pelos governos provinciais juntamente com os distritos. Eles é que dizem onde vamos colocar os painéis solares, as bombas de combustível, todo trabalho é em coordenação com os governos provinciais, explicou Menezes.

Os critérios incluem o número da

A selecção é feita pelos governos provinciais juntamente com os distritos.

Eles é que dizem onde vamos colocar os painéis solares, as bombas de combustível, todo trabalho é tudo feito em coordenação com os governos provinciais,

Presidente-Executiva do FUNAE",
Miquelina Menezes.

população a abranger é viaturas que o distrito possui e de indústrias que existem, entre outros indicadores.

A componente humana está salvaguarda para o êxito das actividades do FUNAE? A componente humana, exclamo...Esse é o grande desafio que temos. Quando está a falar da componente humana está a falar de técnicos nossos. Como tecnologia nova é um grande desafio que nós temos. Aqui o FUNAE, como agência implementadora. Então, toda a nossa equipa é composta de jovens, respondeu.

Pelo menos 90 funcionários entre técnicos e outros pessoal administrativo trabalham para o FUNAE em todo o país. Todos nós sabemos que os jovens são muito dinâmicos. E eu posso assegurar que do FUNAE os jovens conhecem este país de lés a lés. E conhecem os locais mais recônditos. Eu às vezes quando vejo as fotografias, as imagens que eles trazem viajando em canoazinhas fico simplesmente atônita. Quero dizer que eles já tem um conhecimento real daquilo que é o país. Portanto, eu tiro chapéu a estes jovens técnicos.

A cobertura das actividades do **FUNAE** são executadas a partir de três delegações



"Temos também do Governo português um apoio de nove milhões de euros, para electrificar 50 aldeias nas 10 províncias moçambicanas com base em sistemas solares. É um programa de três anos, a começar por este ano, anunciou Menezes.

estabelecidas na cidade portuária da Beira, no centro, em Tete, no noroeste e em Nampula no norte de Moçambique.

Todas estas delegações e o pessoal que ali trabalha é que cobre todo o país. "Estamos a tentar criar uma outra delegação no Niassa, onde possuímos muitos projectos". Porquê Niassa? Por ser a menos habitada e electrificada? Não. Para nós é a mais electrificada. É lá onde temos mais projectos, respondeu Menezes.

Em termos de electrificação de rede nacional, se calhar seja, de facto, a menos electrificada, não tenho a certeza. Mas em termos de projectos do FUNAE, ela é a zona mais electrificada, tem mais projectos do FUNAE", proclamou.

E qual foi o volume de investimento alocado até ao momento a esta província pelo FUNAE? "Nunca fizemos as contas. Nós, na verdade, iremos dentro em breve fazer esse levantamento para saber o que já fizemos em cada província, em termos de custos o que representa a colocação de energia.

Niassa, no extremo norte é das regiões com fraca densidade populacional e tida como a menos desenvolvida do país. Será Niassa o vosso ponto focal...? Não sei se diria ponto focal, mas a verdade é que temos estado muito atentos a província do Niassa.

Mas, porquê...? insistimos. Nós nem elegemos. Na prática aconteceu por causa da proactividade do próprio Governo, do executivo central e provincial para fazer com que a província tenha mais projectos, mais oportunidades para nós electrificarmos. Essa é a questão. Também depende da agressividade que a província tem.

Mas as operações do FUNAE não se resumem ao Niassa, estendem-se igualmente a uma outra província a de Inhambane, no sul e uma das mais pobres do país. Nesta província Miquelina descreveu os incessantes esforços e a coragem dos seus técnicos para levar a energia à população carente.

Pelo menos 80 por cento de uma população de 20 milhões de moçambicanos vive sem energia eléctrica. A cobertura eléctrica nacional ronda os 10 por cento, segundo dados do Banco Mundial, mas as autoridades nacionais falam de 15 por cento de cobertura eléctrica.



Existem três ou quatro locais onde operámos em Inhambane depois de sairmos da estrada nacional número um para se chegar ao local é um verdadeiro bico de obra.

Há um lugar (Inhambane) onde estamos a fazer um projecto e para chegarmos lá primeiro usamos o carro, depois deixamos o carro por causa da via. Pegam em motorizadas e depois embarcam em canoas. Isto é simplesmente impressionante. Às vezes me questiono como é que estes jovens conseguem fazer isso com a maior naturalidade.

Eles é que fazem o levantamento e com ajuda de outros técnicos incluindo da Petromoc, a petrolífera estatal nacional, a responsável pela instalação das bombas de combustível, nas zonas do interior do país, numa parceria com o FUNAE.

Uma equipa conjunta está actualmente em Nampula e outra em Inhamabne, afirmou Miquelina Menezes.

Eles são heróis anónimos calcorreando este país? É verdade e por causa destas façanhas estamos a preparar uma pequena literatura com histórias humanas destes técnicos.

"Nalgumas vezes, as pessoas vêem o projecto implementado não sabem nem imaginam o sacrifício vivido por eles", sentenciou.

PARCEIROS

Mas esta questão do custo-benefício tem sido problemático no relacionamento com os parceiros de cooperação, reiterou. Eles (parceiros/doadores) sempre colocam esta questão da sustentabilidade,

respondeu. E esta é uma questão que nós também falámos muito sobre ela. Mas, a verdade é que as pessoas pagam o seu consumo e apesar de serem pobres contribuem para a sustentabilidade dos projectos, explicou.

Normalmente nesses locais cria-se uma comissão de gestão em que temos a pessoa que faz a manutenção, o responsável da comissão, o cobrador e nós damos o nosso conhecimento e todo este processo é funcional. **Tudo é pago e todas as despesas são documentadas através de recibos e tudo mais. O valor, claro que é simbólico mas não é de borla/não é gratuito. Às vezes o dilema é sair daí e encontrar um banco para fazer o depósito do dinheiro.**

Aqui põe-se a questão de integrar outros serviços para tornar o sistema sustentável. O FUNAE está a fazer isso? Não, responde Miquelina Menezes, e acrescenta "assim, estaríamos a entrar na área dos outros. Mas, a verdade é que essa tem sido uma das grandes dificuldades pelo que passam as comissões de gestão, assinalou.

SERVIÇOS FINANCEIROS

Mas, há situações em que depois de colocar a electricidade, os serviços financeiros vêm ao vosso encontro? Nós estamos a fazer esse trabalho, basicamente com empresas de microfinanças.

Exemplos, nós estamos a desenvolver um projecto neste momento em Gaza com a CPL (acho que é assim como se chama a microfinança). Nós estamos ao nível do país a tentar identificar quais

são as empresas de microfinanças que existem.

Já temos uma listagem e estamos a ver quais é que podem ter uma relação connosco. Qual é o grau de interesse que eles têm para uma relação connosco. Portanto estamos a fazer todo este levantamento.

Igualmente com a banca comercial estamos num diálogo sobre o assunto. Com os bancos que têm as agências nas zonas rurais. Já falámos com o BIM, o BCI, FNB...é uma mais valia para o retorno do investimento. É isso que estamos a fazer..., disse Miquelina Menezes.

Mas é preciso tudo a andar a correr, porque de facto temos que correr, parafraseou o Presidente Guebuza...Estamos a tentar fazer tudo em simultâneo..., asseverou a Presidente-Executiva do FUNAE.

EXPERIÊNCIA

Mas, as energias renováveis no país são uma área nova. Nós visitámos, há pouco tempo, o Sirilanka e acho que é um dos países onde o sector privado e o Estado estão extremamente sintonizados nesta matéria de energias renováveis e vimos coisas incríveis das quais o Estado e as microfinanças funcionam perfeitamente.

Agora nós mandámos uma missão para o Uganda com o mesmo propósito. Então, o Uganda também tem uma área bastante avançada nesta área de micro finanças. E são experiências que nós temos que apreender. Não vamos inventar nada porque a roda já está inventada, realçou a responsável do FUNAE.

O que temos que fazer é aprender dos outros. Esse tem sido o nosso esforço principalmente em África, onde podemos ter muitas estórias parecidas com as nossas, disse Menezes.

A vossa relação com a EDM, a principal produtora e fornecedora estatal de energia, não é de adversários ou de disputas de mercado? **A nossa relação com a EDM é boa. É muito boa, de complementariedade despida de qualquer preconceito sobre o mercado.**

Não são vistos como concorrentes? Não. Muito pelo contrário. Somos parceiros. Temos uma boa relação e o que nós fazemos é partilhar tudo o que fazemos no sentido de não haver

sobreposição. Nunca como adversários, minimizou Miquelina Menezes.

A função da EDM é mais na área comercial, diferente do FUNAE. Então, muitas vezes, nós complementamos o trabalho no sentido de garantir electricidade aos moçambicanos. É através desta parceria que as coisas, de facto, crescem, resumiu.

E a entrada da HCB, como empresa participada pelo Estado, como é que funciona o relacionamento com o FUNAE?

Nós temos uma taxa que recebemos da HCB que foi instituída pelo Estado. Mas a HCB é uma grande empresa que tem uma perspectiva de futuro e com capacidade de olhar para estas coisas de energias alternativas de forma inovadora e moderna. Portanto, a HCB olha para isto como uma grande alternativa.

AVALIAÇÃO

Disse que o balanço era muito positivo

...cria-se uma comissão de gestão em que temos a pessoa que faz a manutenção, o responsável da comissão, o cobrador, e nós damos o nosso conhecimento e todo este processo é funcional. Tudo é pago e todas as despesas são documentadas através de recibos e outros. O valor, claro que é simbólico mas não é de borla/não é gratuito.

por aquilo que "nós fizemos ao longo destes anos. Aprendemos muita coisa. Tivemos muitas dificuldades, próprias desta área nova das renováveis, mas aprendemos e penso que o FUNAE passou a ser conhecido e a dominar a área. E toda a equipa que está aqui no FUNAE está a lutar diariamente para tentar aumentar o acesso a energia, e a dar a conhecer o que são as energias alternativas".

Apesar de uma avaliação positiva, os desafios mantêm-se de pé. **Há coisas que temos** que melhor ainda. Temos que garantir a manutenção desses sistemas. É muito importante garantirmos a manutenção dos sistemas. Já identificámos os constrangimentos. Estamos a trabalhar nesse assunto. Este é um dos grandes desafios que nós temos. **E além deste, todos esses sistemas que estão no nosso plano são um desafio porque todos os parceiros, incluindo o Estado, que apoiam o FUNAE estão a espera de resultados. Efectivamente, estão a espera de resultados sustentáveis.**

Acredita numa cobertura integral do país brevemente? Não. O que vamos fazer é aumentar o acesso à energia. Neste momento, o acesso à energia é de 14 por cento. Na verdade o acesso continua muito baixo. E parece sintonizada a ideia de que a agência implementadora está voltada para os pobres.

De facto, nós trabalhamos nas zonas rurais. Esse é o nosso enfoque principal. Esperamos que até 2014, tenhamos uma bomba de combustível em cada distrito de um total de 128. Em termos de escolas, centros de saúde, pequenas aldeias e centrais mini hídricas.

Para nós este é um grande desafio. Se continuarmos a ter toda a ajuda e colaboração que temos tido até hoje eu penso que vamos corresponder e vamos lutar contra a pobreza, a principal bandeira política do actual executivo de Guebuza.

"É gratificante nesta incessante luta por iluminar postos de saúde e escolas e conferir uma nova esperança às populações carenciadas. Está aqui o gosto de fazer isso. Da-me prazer estar aqui e fazer o trabalho que faço, concluiu a mulher-Presidente do FUNAE.

MF/CG

Vilankulo: “A menina dos olhos de Oiro”

A qualidade e o custo de energia mudaram a vida dos munícipes na mais dinâmica autarquia do país, Vilankulo provocando um novo olhar das suas gentes do *savoir être* (saber ser) no seu relacionamento com o mundo e de luta contra a pobreza.

A vida económica transfigurou-se. Os empresários do ramo turístico enchem-se de alegria, num distrito eminentemente turístico e onde se localizam as mais belas estâncias turísticas do país, o arquipélago de Bazaruto. E mais, a menos de uma hora de viagem de carro dos ricos campos de gás de Pande, o maior reservatório de gás, onde a multinacional sul-africana, Sasol faz o bombeamento do hidrocarboneto através do pipeline de quase 800 quilómetros para Secunda, na fronteira sul-africana com Ressano Garcia.

“Temos que confessar que depois da tempestade vem a bonança”, resume um operador turístico, Rodrigues Ucuho do complexo Luxus, o ambiente de saúde que transcorre a vila desde que a nova operadora de produção e distribuição de energia, EDM recebeu há um ano o testemunho da constestada ENMO, (Energia Moçambique, Lda).

O custo-qualidade de energia trouxeram sem dúvida um novo ímpeto ao desenvolvimento da vila. “Não se pode comparar, de maneira alguma, os serviços actuais de energia”...o fornecimento de corrente eléctrica melhorou muito, embora haja ainda desafios pela frente”, explica humildemente Ucucho.

Vilankulo desde que passou à categoria de autarquia em 1998, na primeira equipa de 33 sedes de distrito contemplados pelo programa de autarcização tem estado no centro do desenvolvimento. Um aeródromo internacional está a ser edificado e modernizado, com uma linha de crédito do governo chinês, no quadro do plano estratégico dos Aeroportos de Moçambique, com a sigla ADM, com vista a atender o tráfego doméstico e



internacional que tende a crescer. O seu aeroporto é dos mais concorridos do país e sustentável do ponto de vista económico-financeiro.

“Estamos satisfeitos apesar de que exigimos que se melhore mais (na verdade nós queremos estar entre os melhores, aliás todo o Homem tem esse defeito). Mas, não podem restar dúvidas de que a EDM (Electricidade de Moçambique) tem estado a fazer muito no sentido de garantir uma energia cada vez melhor qualidade”.

Vilankulo foi no passado fustigado por uma deficiente iluminação eléctrica, motivando protestos sistemáticos dos seus utilizadores e consumidores. A vila é abastecida com base em geradores movidos a gás natural de Pande.

“Os cortes podem continuar a acontecer. Isso é completamente normal. Até na cidade de Maputo há cortes de corrente. Não se pode comparar o actual número de cortes com aquilo que acontecia nos tempos da ENMO. Eles forneciam um péssimo serviço aos clientes e os grandes sacrificados éramos nós do sector turístico, porque na verdade, sem energia, não se pode oferecer serviços de qualidade aos visitantes”, elaborou Ucucho, operador do Complexo Luxus.

Vilankulo e as suas estâncias turísticas são anualmente visitados por milhares de turistas entre celebridades e empresários de renome internacional.

“Agora, como sabe as pessoas querem sempre mais. Estamos agora com

o olhar voltado para a energia da rede nacional porque temos que pensar numa perspectiva de desenvolvimento futuro”.

Uma nova linha nacional, a chamada (Backbone) espinha dorsal em mais de 1400 quilómetros ligando a subestação da HCB e Maputo está já a ser executada, estando o início da sua construção prevista para breve.

A empresa portuguesa REN é uma das parceiras deste colossal projecto que deve absorver perto de dois biliões de dólares americanos.

Vilankulo quer estar ligada à rede nacional. “É que Vilankulo está a crescer economicamente, a precisar de energia



...Vilankulo está a crescer economicamente, a precisar de energia eléctrica adicional...não podemos viver eternamente de geradores! Mayor de Vilankulo, Essep Amugy



eléctrica adicional. E assim não podemos viver eternamente de geradores. Se não um dia teremos que precisar de 10 ou 15 geradores, o que torna o negócio insustentável”, advertiu.

O Presidente da edilidade, Sulemane Essep Amugi, é um dos apaixonados e mentor do crescimento económico da vila e resume o “gás” que a energia eléctrica trouxe a sua autarquia.

A situação da energia melhorou bastante Vilankulo. A qualidade melhorou não tem comparação. Em termos de voltagem, os equipamentos que temos agora não correm perigo como corriam anteriormente. Os preços eram altos e o serviço péssimo”, reconheceu.

“A verdade seja dita, a corrente melhorou bastante. A capacidade de produção aumentou e melhorou o serviço prestado pelo novo operador”, disse Amugi, um muçulmano confesso de origem indiana à frente da autarquia há mais de cinco anos.

A produção de energia da antiga operadora resumia-se a 1.5 MW e apenas 600 consumidores. Actualmente temos 5MW e pouco mais 1.500 clientes. Portanto, é claro o esforço da nova concessionária, EDM. Houve uma multiplicação de consumidores. A corrente eléctrica está agora a chegar às zonas suburbanas da autarquia e do distrito no geral. São seis novos bairros que terão energia eléctrica nos próximos dias, proclama o Mayor de Vilankulo.

O mesmo raciocínio de mudança de vida em Vilankulo é partilhada por Ricardo Sabonete, operador turístico de Vilankulo Beach Lodge. “A qualidade de energia melhorou substancialmente. Não há outra coisa que se pode dizer, senão dizer simplesmente que o fornecimento e qualidade da energia melhoraram bastante”, reiterou.

Queixou-se que a antiga operadora só se preocupava com os lucros e negligenciava a qualidade de serviço prestado aos clientes. A ENMO só se preocupava com lucros e não com a qualidade de energia para que as pessoas induzissem desenvolvimento.

“Actualmente estamos com melhor qualidade de energia e a pagar menos de metade do que pagávamos com a outra operadora”.

Os altos custos de energia e a questionada qualidade de serviço

estiveram no epicentro da controvérsia envolvendo os consumidores e a operadora, obrigando a intervenção do Executivo e ao cancelamento da concessão. A concessão à ENMO foi registada há dois anos.

“Pagávamos caro para um péssimo serviço. A decisão governamental de devolver a gestão do sistema eléctrico de Vilankulo à EDM foi de todo acertada”, jubilou-se Sabonete.

O serviço hoteleiro em Vilankulo é tido como de primeira classe. “Temos aqui alojamento de standartes internacional. Todos os quartos têm ar condicionado e salas de restaurante climatizadas. Temos ainda bar e piscinas de classe”.

O Lodge oferece igualmente barcos de recreio para os turistas disfrutarem da paisagem deslumbrante das ilhas. Temos iates para passeios e muito mais...”, enumerou.

“Além de chalés, quartos...temos uma suite presidencial de primeira categoria”, descreveu Sabonete, o actual quadro e no passado beliscado, pelas oscilações e constantes interrupções de corrente eléctrica.

Apesar do novo quadro, a autarquia não quer baixar os braços. Prepara-se para fazer algumas correcções no actual sistema e intervir ou solicitar para que seja contemplada pela rede nacional de energia, gerada a partir da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e poder acolher investimentos económicos colossais.

DESAFIOS

Agora é preciso melhorar ainda a rede porque temos ainda um problema com o sistema. Quando há problemas na linha, o fornecimento cai em dois distritos. Eu acredito que a EDM esteja a trabalhar no sentido de corrigir esta situação”, proclama o presidente de Vilankulo.

“Temos também desafios na electrificação, ou melhor na iluminação

pública por forma a reduzirmos os índices de criminalidade. Nota-se que há melhorias neste aspecto, mas há ainda um grande trabalho a ser feito”, avançou.

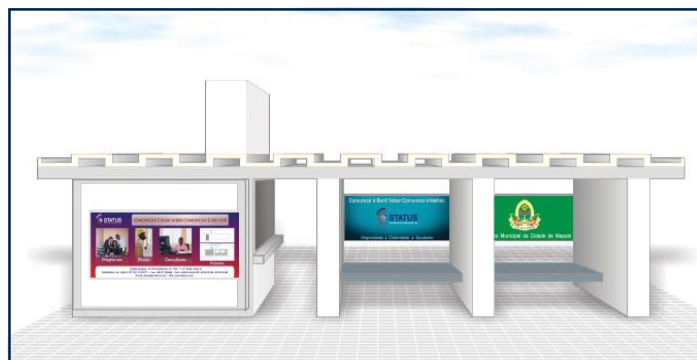
Sobre a interligação à rede nacional, Amugi mostrou-se convicto que ela virá responder à demanda da sua autarquia, actualmente uma das mais cobiçadas e vibrantes do país, cujo residentes já reclamam pelo estatuto de cidade. Com infra-estruturas entre outras que incluem uma escola superior, um estádio de futebol e com um mar rico em peixe e outros crustáceos, Vilankulo está no eixo de ligação à estrada nacional número um que liga o sul, centro e norte do país. Ela é hoje chamada a menina dos olhos de ouro de como a sua elevação a autarquia há cerca de uma década gerou desenvolvimento.

MF/CG



...A decisão governamental de devolver a gestão do sistema eléctrico de Vilankulo à EDM foi de todo acertada...Temos aqui alojamento de standartes internacional. Todos os quartos têm ar condicionado e salas de restaurante, Ricardo Sabonete, do Vilankulo Beach Lodge.

PRODUTOS DA STATUS - Consultores de Comunicação, Lda.



PARAGEM, QUIOSQUE E SANITÁRIOS



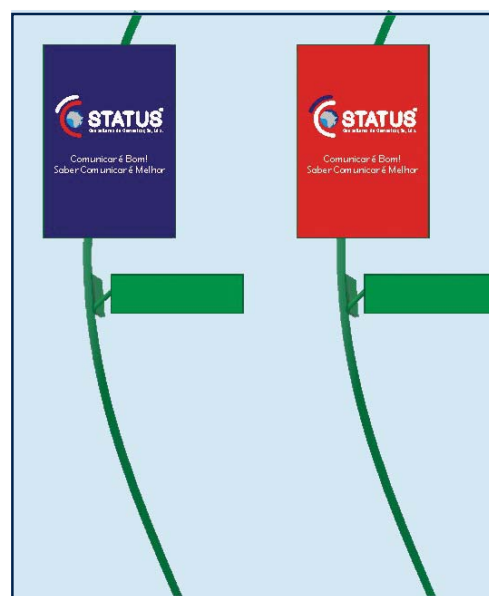
PARAGEM ÚNICA



Placa de Identificação
Distrital



PLACA ENDEREÇAMENTO



PLACAS DE ENDEREÇAMENTO E SINALIZAÇÃO

Impacto de biocombustíveis

POR JOÃO CHIDAMOIO*, NOSSO COLABORADOR

Círculos políticos e científicos em Moçambique tem estado a unir esforços na busca de soluções para produção de energia limpa e face ao actual impacto provocado pelos combustíveis fósseis - danos negativos conjugados do aumento das emissões de gases de efeito estufa e mudanças climáticas.

Novas formas de produção de energia estão a ser equacionadas e não há dúvidas que o sucesso desta transição energética deve associar-se ao uso de recursos energéticos sustentáveis.

Investigadores procuram novos recursos energéticos e possíveis soluções para os problemas decorrentes do efeito de estufa e muitos deles acreditam que os biocombustíveis derivados de culturas de biomassa terão um papel fundamental neste desafio, segundo o autor Hazell, P; Pachauri, R.K; no seu estudo de 2006.

O uso eficiente de recursos energéticos mostrou-se ser um desafio para as comunidades rurais nos países em desenvolvimento. [IEA, 2006], Today, still more than half the world's population lives in rural areas, with most sub-Saharan African countries having even larger rural populations. The vast majority of these people is dependent on the traditional fuels (wood, crop residue, dung), often using primitive and inefficient technologies.

Mais de metade da população no mundo vive nas zonas rurais concentrando-se a maioria na África Sub-sariana, segundo um estudo produzido pelo IEA de 2006.

Mozambique is not exception to this reality, the main source of energy in Mozambique is biomass, which is one of the most carbon intensive fuels (it has high carbon emissions) carbon emissions are responsible for the global environmental threat of climate change.

Moçambique não é excepção a esta realidade, nas zonas rurais, o principal recurso energético é a biomassa lenhosa. A queima ineficiente dessa biomassa emite dióxido de carbono, causador do efeito de estufa.

Imagens que reproduzimos mostram a qualidade de luz produzida pelos candeeiros tradicionais, com chamas pobres e combustão incompleta. A combustão incompleta resulta em fumos, monóxido e dióxido de carbono. Num espaço confinado, o uso destes candeeiros é prejudicial a saúde segundo, Rajvanshi Anil na sua obra de 2003.

Importa referir que embora a chama de óleo de copra seja amarela ela não produz tanto fumo como as de gasóleo e petróleo.

IMPACTO DAS CULTURAS MULTI-PURPOSE

Biocombustíveis produzidos localmente a partir de culturas *multi-purpose*, podem ser usados para confecção de alimentos e iluminação, porém, deve-se desenvolver tecnologias para a produção de fogões e candeeiros eficientes.

Biocombustíveis derivados do sorgum doce, cana de açúcar, soja (culturas que fornecem alimentos e energia em simultâneo na mesma porção de terra) são fontes promissoras de energia nas zonas rurais. Uma outra alternativa, seria a pirolise de resíduos agrícolas que produz um óleo combustível de alta densidade por unidade de área. Os referidos recursos energéticos conjugados com o desenvolvimento de fogões e candeeiros eficientes podem alterar substancialmente o modo de vida das populações rurais em termos de iluminação e confecção de alimentos.

Por exemplo, a disseminação de

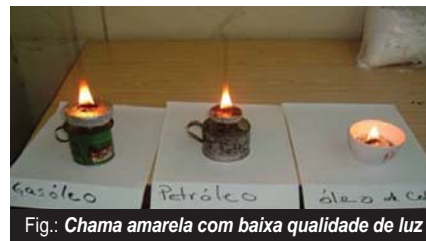


Fig.: Chama amarela com baixa qualidade de luz

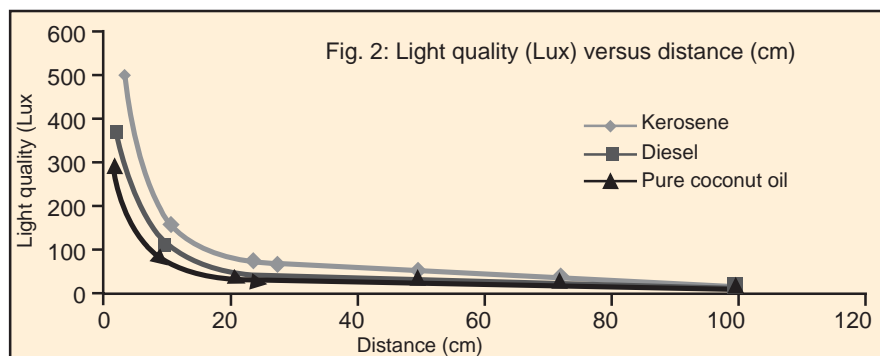
fogões pressurizados e não pressurizados a base de etanol produzido localmente.

Desenvolvimento de fogões melhorados a base de qualquer biomassa (carvão e lenha)

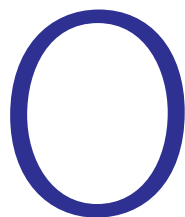
Disseminação de candeeiros "Noorie multifuel" acoplados a um fogão; Candeeiros pressurizados Petromax, (1250-1300 Lm, equivalente a lâmpadas incandescentes de 100 Watts) que funcionam à base de biocombustíveis líquidos produzidos a partir de culturas *multi-purpose*, pode ser uma solução a curto prazo.

Referências:

1. Lin Gan, Juan Yu. bioenergy transition in rural china: Policy option and co-benefits. *Energy policy* 36, 531-540. 2008
2. Nhete, T.D. Electricity sector reform in Mozambique: a projection into the poverty and social impacts *Journal of Cleaner Production* 15, 190-202. 2007.
3. Kruger, P. Alternative energy resources: The quest for sustainability energy. John Wiley & Sons, inc. Stanford University. 2006.
4. Hazell, P. Developing bioenergy: A win-win approach that can serve the poor and the environment. International food policy research institute. 2006.
5. Anil K. Rajvanshi: R & D strategy for lighting and cooking energy for rural households; Nimbkar Agricultural Research Institute.
6. Fredriksson, H. et. al, Use of on-farm produced biofuels on organic farms - evolution of energy balances and environmental loads for three possible fuels. *Agricultural systems*, 89 184-203. 2006.



Self “reinventa” energia



mercado moçambicano de energia continua fértil e atrai múltiplas companhias que à luz da saturação (ou do esgotamento) dos

combustíveis fósseis (energia tradicional) e do aquecimento global, se desdobram em soluções de como “reinventar” a energia - um desafio presente e assumido por uma companhia mista luso-moçambicana, a Self Energy.

Estabelecida recentemente em Maputo e com operações no Reino Unido e Espanha a Energy Service Company em que faz parte a Self Energy parece perseguir o desafio mundial de Fred Krupp, Presidente do Fundo do Ambiente do EUA, no seu livro sobre “a reinvenção de energia” - buscar fontes alternativas de produção de electricidade.

Moçambique é o terceiro porto de acostagem escolhido pela Self Energy na sua campanha de internacionalização, desde que foi criada há quatro anos. Localmente ela juntou-se a contraparte a rebusta Electrotec, em que pontifica o actual presidente da CTA, Confederação das Associações Económicas.

Também faz parte da Self Energy, como contraparte local, o grupo português Visabeira, com largos interesses no ramo hoteleiro e de biocombustíveis em Moçambique.

Para a self Energy a sua presença em Moçambique faz parte da mundialização da companhia. Portugal a braços com uma grave recessão económica tem estado a buscar novos mercados para a sua sobrevivência, estando Angola e Moçambique no centro dessa janela exterior, entre os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).



Em Moçambique, o objectivo cimeiro é produzir energia e torná-la acessível às pessoas, Eng^o. Carlos Matos, Director de Operações da Self Energy.

Angola é o quarto país no mundo em que Portugal destina uma fortíssima cooperação nos mais diversificados sectores desde a construção civil até ao sector de bebidas, movimentando um volume de negócios que supera os dois mil milhões de euros/ano.

Portugal tem igualmente Moçambique como um parceiro privilegiado e estratégico e a área da energia tem estado na linha de prioridades das relações entre as duas nações.

A consubstanciar essa relação está o estabelecimento de uma linha de crédito de mil milhões de euros, uma parte destinado ao sector das energias renováveis, posto

à disposição em Março, durante a visita do Primeiro-ministro português, José Sócrates a Moçambique.

O sector das energias renováveis mereceu uma atenção especial nos encontros mantidos igualmente entre Sócrates e Guebuza, tendo sempre presente a questão da HCB, agora na posse do Estado moçambicano, como o centro do **quebra gelo** das relações entre os dois países.

A conversão da luz solar em electricidade, é um dos pratos fortes do **grupo Energy Company** e que a filial Self Energy se prepara para desenvolver com prioridade nas zonas remotas de



selfenergy
energy that saves

SEMPRE
**always
power on**
COM ENERGIA

www.selfenergy.co.mz

selfenergy
grupo

 **Electrotec**

 **visabeira**
moçambique

Mocambique.

A empresa quer fornecer energia à baixo custo. Esta uma das soluções baratas que o mundo experimenta face à actual escassez de energia fóssil.

Mocambique é uma referência africana, quanto ao seu potencial energético desde o hídrico passando pelos biocombustíveis até às energias renováveis. Possui também uma diversificação de outras fontes de energia moderna, a destacar o carvão. O país é tido na actualidade, como acolhendo uma das maiores reservas do mundo. As fontes geradoras de energia são tão diversificadas que são consideradas como o “petróleo” moçambicano, segundo fontes do Banco Mundial.

É a luz deste potencial que a Self Energy pretende introduzir novas técnicas e modelos de produção de energia neste mercado ainda incipiente. A empresa espera proceder a montagem de mini redes de distribuição de energia contando com uma linha de financiamento de 30 milhões de euros.

O actual consumo final de energia no país continua baixo. Em 2006, estava fixado em 18.6 Gjoules (GJ) per capita, segundo dados do ministério moçambicano da Energia. E que a lenha com 83 por cento, liderava a matriz energética. Esta fonte é usada pela maioria da população para a confecção de alimentos nas zonas rurais, enquanto a electricidade cobre os parques 0,7 por cento, reflectindo o baixo desenvolvimento do país.

Qual então a estratégia para o alargamento da base de consumo da energia moderna?

ESTRATÉGIA

A nossa estratégia em Moçambique é diferente contrariamente ao que sucede com países como o Reino Unido, onde operamos e que possui uma rede de cobertura eléctrica nacional a 100 por cento e onde a energia é cara e coloca-se a questão da eficiência energética, responde o director de operações da Self Energy. Eng^o Carlos Matos em entrevista à **Energia Moçambique**.

Nesses mercados, o grande objectivo é reduzir o consumo de energia.

Em Moçambique, **o objectivo cimeiro é produzir energia e torná-la acessível às pessoas**. o nosso princípio é colocar energia através de fontes renováveis de forma sustentável e com menor desperdício.

Queremos fazer a combinação das várias fontes de energia de que o país é um forte produtor, ressaltou.

ENERGIA HÍBRIDA

Moçambique tem uma disposição solar extraordinária. Tem um enorme potencial para gerar energia eólica e

tem uma vastidão de recursos hídricos. Tem também outros recursos, terra para avançar com vários projectos de biodiesel, proclama o director de operações da Self, em entrevista à **Energia Moçambique**.

Então o conceito híbrido parece melhor ajustado à nossa realidade? Soluções híbridas, porque o sol, o vento, por exemplo, não são constantes o que torna importante fazer a conciliação destes factores energéticos nessa base de soluções híbridas, explicou Matos.

Queremos produzir energia a partir de três fontes alternativas, cada uma delas com investimento se calhar muito grande, prognosticou Matos.

Ele explicou a filosofia do negócio que começa na conjugação dos conceitos de produção de energia. Daí que a tríplice aliança, optimização, não desperdício e ambiente estejam entrelaçados, a marca da Self Energy. Portanto, a racionalização começa logo que estamos a falar destes fenómenos (a preservação ambiental). Este conceito híbrido é um conceito de racionalização, concluiu.

O nosso enquadramento guia-se com base nestas potencialidades porque acreditamos que Moçambique tem um grande potencial em energias renováveis e existe um mercado muito grande de eficiência energética. Queremos conseguir reduzir a factura em 20 e 30 por cento, estimou Matos, cuja empresa actua com duas linhas fundamentais, produção de estudos de eficiência energética e de economizar energia.

ECONOMIZAR ENERGIA

A redução de custos e perdas de energia ou seja a eficiência energética, são a marca da companhia neste processo de geração de energia. Portugal possui uma larga experiência no campo das energias renováveis, cobrindo uma área de 45 por cento do seu território com base nesses sistemas alternativos.

Matos deu exemplos de poupança desenvolvidos pela empresa, citando a utilização de energia solar para a indústria hoteleira.

Explicou que **nas unidades hoteleiras podemos usar o solar térmico que é produzir água quente a partir do sol. Aquecer água a partir do sol. E que tem inúmeras vantagens porque é um processo directo**, assegurou.

Normalmente nós aquecemos a água com gas ou electricidade. Esse gás é queimado e a electricidade é produzida de alguma forma hídrica, (fotovoltaica), mas quando aquecemos directamente ao sol só temos um processo que também não tem 100 por cento de rendimento. Portanto esse é um aspecto que ainda não é suficientemente conhecido e aplicado, mas existe e já há pequenas instalações. É uma área interessantíssima em hotéis

que utilizam muita água quente, apelou Matos.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A companhia produz igualmente as soluções dos sistemas que desenvolve e pode inclusivamente co-investir com o cliente na implementação desses projectos. Segue-se depois a recuperação do investimento. Como é que a companhia produz essas soluções que desenvolve? Através da venda de energia que esse projecto dá ou através da economia que esse projecto produz, responde Matos.

Portanto, o projecto pode ser de eficiência energética (para reduzir o



Moçambique tem uma disposição solar extraordinária. Tem enorme potencial para gerar energia eólica e temos uma vastidão de recursos hídricos. Tem também outros recursos, terra para avançar com vários projectos de bio-diesel, Eng. Carlos Matos



Nós temos colaborado com o Fundo Nacional de Energia (FUNAE) em projectos de instalação de quites fotovoltaicos...é uma das áreas para garantir electricidade através da energia solar... projecto está andar em algumas unidades hoteleiras, nomeadamente com o grupo Visabeira e o grupo Pestana.

A imagem ilustra Paulo Varela, do Grupo VISABEIR e Miguel Matias, CEO da SELFENERGY

consumo de energia) e nesse caso o rendimento do projecto traduz-se na energia que se deixa de pagar e essa economia é repartida entre a Self Energy e o cliente durante o período do contrato.

No fim do contrato, o benefício é inteiramente do cliente. Investimento é uma solução para produzir energia e é da venda dessa energia que se obtém o retorno do investimento e na mesma base: partilha entre dois investidores (cliente e Self Energy). Um projecto pode ter essas múltiplas facetas mas sempre com mesmas características.

Esta é a perspectiva e a filosofia com que a Self Energy nasceu em Portugal. Quer dizer, uma empresa de eficiência energética.

As soluções normalmente (esse é outro aspecto importante) utilizadas para a produção da energia são soluções com base em fontes renováveis. Estamos a falar da energia solar, eólica, energia das

ondas (hoje em dia há toda uma tecnologia que se está a desenvolver a uma velocidade incrível e a Self Energy tem um conjunto de técnicos que acompanha essa evolução e que estão sempre em contacto com as novas soluções e aplicações.

Outra questão importante que se coloca é passar, rapidamente, da teoria à prática. Quando vivemos num cenário em que as coisas andam a uma velocidade de luz é muito importante ter alguém que acompanhe essa evolução e que tenha capacidade para corporizá-la em soluções concretas. Normalmente temos soluções-piloto que se destinam a investigar essas soluções teóricas. Essa é uma das coisas que a Self faz que é a possibilidade de acompanhar esse desenvolvimento, num mundo em constante mutação tecnológica.

O FUNAE, é o organismo estatal que igualmente está a massificar e difundir

energia à baixo custo, fundamentalmente constituído por painéis solares, nas zonas carenciadas do interior de Moçambique. Estará a Self Energy abraçada ou a colaborar com este organismo?

COOPERAÇÃO

Nós temos colaborado com o Fundo Nacional de Energia (FUNAE) em projectos de instalação de quites fotovoltaicos. Portanto, essa é uma das áreas para garantir electricidade através da energia solar, respondeu Matos.

Esse é um dos passos que já está a andar e outro, em relação a algumas unidades hoteleiras, nomeadamente com o grupo Visabeira e o grupo Pestana. Há um aspecto também muito importante a Self Energy ter de conciliar isto com a realidade de cada país, abordou Matos, a actual visão da companhia.

Moçambique tem uma realidade

▶ muito interessante que é ter importantes jazigos de gás natural e que estão, neste momento, a começar a ganhar terreno em termos de sua exploração e utilização. E sendo o gás natural uma fonte de energia fóssil (realçar que é menos poluente que o petróleo) então ela não pode ser de exploração relativamente económica ou desperdiçada. E há também o tal conceito de conjugação de soluções. E nós também temos um projecto com essas características. É possível a conjugação de fontes renováveis com a utilização do gás natural. O objectivo final é buscar uma solução energética economicamente viável e garantir independência em termos energéticos.

INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA

Moçambique tem estado incessantemente à procura de soluções para sair da dependência energética a que está submetida-uma batalha que goza prioridade do actual poder político-.

O consumo energético do país constitui o maior fardo ao Orçamento do Estado, largamente dependente das ajudas externas em mais de 50 por cento, uma taxa que o actual Executivo de Guebuza pretende reduzir durante este quinquénio iniciado em 2010.

Hoje em dia existe uma evolução enorme em termos tecnológicos. Por exemplo, o tipo de lâmpada que tem evoluído actualmente que gasta um décimo PUB.

da energia que a antiga incandescente e produz a mesma quantidade de luz, caracterizou Matos.

São essas as soluções que também devem ser procuradas, equacionando claro os custos do investimento e o seu retorno. Este é o trabalho que a Self faz, detalhou Matos.

Prosseguiu que quando analisam uma unidade hoteleira (no caso concreto) não nos ficamos directamente apenas com o aspecto directo da produção de energia. Vamos às áreas mais abrangentes, analisamos também a iluminação. Uma área importante que é um custo pesado na unidade hoteleira é também o ar condicionado. A qualidade do ar interior conta muito. Quando se fala do ar condicionado, pensa-se muito na temperatura. Mas não é só. É a qualidade do ar. Portanto, há, também nessa área, aparelhos com determinado comportamento e características próprias que a Self busca ajustá-los-à realidade encontrada. Uma forma de actuar nas causas do aquecimento é exactamente produzir, a redução de entrada do calor devido à radiação solar. Portanto, também trabalhamos neste sentido de dar soluções para reduzir esse aquecimento, caracterizou Matos, o labirinto de operações desenvolvidas pela Self Energy.

TIMING

Qual é o *timing* para a instalação desses sistemas de eficiência energética? Sei que isso vai começar este ano. As coisas estão encaminhadas nesse sentido. Em

termos de horizonte temporal, a empresa veio a Moçambique para ficar, garantiu.

Em todos os mercados onde entramos temos um aspecto particular, que é o da manutenção pós-venda. Nós temos um contrato que vincula isso. Contrato esse que vira uma espécie de casamento, salientou.

Clarificou que a Self Energy é a responsável pelo projecto (é ela quem desenvolve o projecto, instalação e sua implementação) e confere garantias totais da sua viabilidade. Em caso de insucesso ela se responsabiliza, daí chamar a si a gestão do projecto.

Disse que o contrato é claramente de longa duração, período em que a Self Energy monitoriza, acompanha e transmite todo o *know how*. Portanto essa perspectiva é muito importante num país como Moçambique, com frágeis meios de fiscalização e recursos humanos na área.

A energia não é a economia mas é o sangue que corre nas veias do tecido económico, parafraseou. Enquadrou o desafio da Self Energy: “Pôr a funcionar indústrias que vão ter a possibilidade de crescer” e multiplicar outros ramos de actividade. Aqui vale o *slogan* que **a independência do país começa na independência económica ...começa nestes projectos que a gente pode fazer .. na mudança de mentalidade**. E prossegue Matos “Eu acho que isso é que faz desenvolvimento” e acrescentamos num mercado embrionário de empreendedores o campo das energias renováveis pode colocar o país na rota do seu *Tak Off* (descolagem). **POR MBANZE F/CG**



Energia & Indústria Extractiva



Energizer®



Distribuido em Moçambique por:

Tropigalia
Lda

Visite-nos em: www.tropigalia.co.mz

MOZAL e SASOL um exemplo que vale a pena seguir?*

Em nenhum momento da vida política moçambicana a questão dos mega-projectos foi tão questionada como na actualidade.

Os magros ganhos financeiros decorrentes do projecto de exploração de alumínio pela Mozal e das jazidas de gás de Pande pela Sasol vieram incendiar o actual debate, com vozes da sociedade civil a exigirem uma rápida revisão dos grandes projectos em curso no país.

A Mozal e Sasol, sobressaiem como exemplos frescos deste *puzlle* de isenções fiscais, pagando apenas metade de 32 por cento do IRPC, (Imposto de Rendimento para Pessoas Colectivas), o principal imposto e metade do IVA, de 17 por cento.

Caricaturalmente, estas multinacionais usufruem de 100 por cento no repatriamento do lucro. A facturação diária da Mozal que acaba de completar uma década de produção (mês de Julho), ascendia nas fases I e II entre 1.5 e dois milhões de dólares/dia.

A fase III que continua em *banho maria* por limitações de energia eléctrica, o principal custo de produção de alumínio, está estimado em 2.5 milhões de dólares-dia.

Neste momento a Mozal é abastecida pela linha da Motraco, participada maioritariamente pela ESKOM sul-africana. Os *royalties* provenientes desta linha são igualmente inexpressivos.



...a decisão de localização da Mozal em Moçambique tem pouco a ver com hipotéticas vantagens comparativas nacionais (infra-estruturas tiveram que ser reconstruídas, a energia é distribuída e controlada pela ESKOM, mão-de-obra barata...).

Contudo, os gestores da Mozal embandeiraram-se nos 3 e 7 por cento que foi a participação anual deste mega-empreendimento no PIB nacional, desde o seu estabelecimento. O anúncio foi feito há dias, durante uma cerimónia para assinalar os 10 anos da companhia, que é participada maioritariamente pela BHP, Billiton.

“O país está a perder muito dinheiro com as isenções fiscais de que gozam a Mozal e a Sasol”, sentencia um analista económico que preferiu não se identificar, alertando que deveria ser equacionado uma revisão a semelhança do que acontece nos outros países africanos, Congo e Zâmbia. A experiência destes países quanto à renegociação dos mega-projectos é retratada nesta edição da

revista **ENERGIA MOÇAMBIQUE**.

Os dividendos decorrentes das isenções dos grandes projectos serviriam como importante almofada para sustentar importantes projectos sociais de que o país carece e de oxigénio aos altos custos na importação dos derivados de petróleo.

O país gasta anualmente, com a importação de todos os seus derivados de petróleo que consome, pouco mais de 600 milhões de dólares, aritmeticamente, acima do valor total de todas as suas exportações de 12 meses, sem incluir os grandes projectos.

As ondas de choque em relação aos mega-projectos não se resumem, aos seus dividendos financeiros, com os ambientalistas a acusarem o projecto Mozal de atentar gravemente contra o

meio ambiente, particularmente na cintura da Matola, onde o empreendimento está edificado. O projecto acaba de receber luz verde do Executivo para aquilo que chamam uma drenagem directa para atmosfera com base em *bypass*, dos gases tóxicos (de entre outros dióxido de enxofre e fluoreto de hidrogénio), emitidos pela fundição.

É nesta encruzilhada económica que o país atravessa, em que se preparam importantes projectos de desenvolvimento na área mineira que se multiplicam as preocupações entre a sociedade civil, se o país estará preparado para monitorar, fiscalizar e supervisionar toda a actividade que se vai seguir nos próximos anos.

Igualmente se questiona se valerá a pena os grandes projectos, num país tido como dos mais empobrecidos do planeta, com apenas dois dólares per capita. Ou se estará o país predisposto a revisitar os mega-projectos, tendo como epicentro acrescentar valor à nossa frágil balança de pagamentos salvaguardando o interesse nacional?

Uma primeira chega ao tema, foi largamente dada pelo eminente economista, Nuno Castel-Branco, a face mais visível do inconformismo em relação aos grandes projectos.

A quase nulidade dos seus rendimentos são escalpelizados na sua dissertação e que dada a sua pertinência, actualidade e magnitude é retomada pela revista Energia Moçambique.

Branco, que é professor associado

na principal e mais antiga universidade pública, a Eduardo Mondlane, UEM, faz uma incursão profunda aos actuais megaprojectos começando por caracterizar como sendo:

MEGA-PROJECTOS

Mega projectos são actividades de investimento e produção com características especiais. Primeiro, a sua dimensão, definida pelos montantes de investimento (acima de US\$ 500 milhões) e o impacto na produção e no comércio, é enorme.

Por exemplo, se pegarmos em três mega projectos apenas (a fundição de alumínio de Beluluane, Mozal; a mina de areias pesadas, de Moma; e o projecto de gás natural da Sazol, em Inhambane) podemos verificar que: (i) o custo de investimento inicial de cada um destes projectos é superior a US\$ 1 bilião; (ii) a soma do investimento realizado por estes três projectos é aproximadamente igual a 60% do PIB de Moçambique; (iii) o investimento nestes três projectos é superior a 55% do investimento privado total realizado nos últimos 10 anos; (iv) a produção conjunta destes projectos aproxima-se de 70% da produção industrial bruta de Moçambique.

O valor da produção bruta da Mozal (cerca de US\$ 2 biliões em 2006) era maior que o Orçamento do Estado de Moçambique; e (v) as exportações totais destes projectos aproximam-se de três quartos das exportações nacionais de bens.

MEGA-PROJECTOS NÃO GERAM EMPREGO

Segundo, em contrapartida, **os mega-projectos são geralmente intensivos em capital e, portanto, não geram emprego directo proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio.** Por exemplo, tomando os três mega-projectos atrás mencionados (cujo investimento se aproxima aos 60% do PIB, e a produção se aproxima-se aos 70% do produto industrial, cujas exportações andam por volta de três quartos das exportações nacionais de bens) podemos constatar que, no seu conjunto, empregam apenas 4% da força de trabalho assalariada formal no sector industrial.

Terceiro, são geralmente concentrados em torno de actividades mineiras e energéticas – carvão e Moatize, gás de Pande e Temane, nas areias minerais de Moma e Chibuto, Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), e a Mozal (intensiva em energia), são apenas alguns exemplos.

Quarto, são estruturantes das dinâmicas fundamentais de acumulação e reprodução económica em Moçambique por causa do seu peso no investimento privado, na produção e no comércio. Dado que são poucos e concentrados sobretudo na indústria extractiva e de energia, as dinâmicas assim geradas são estruturantes de uma economia excessivamente concentrada, produtora de produtos primários, pouco diversificada em termos de produção, comércio,

Pub.



Veja na





Prédio Cardoso - Av. 25 de Setembro, N. 1123, 1º e 2º andar, Porta N.
Tel.: +258 21 32 71 16 / 21 32 71 17 • Cel: +258 82 30 66 780 / 82 80 32 554 • Fax: +258 21 30 09 48
E-mail: status@tv cabo.co.mz • www.energiamocambique.co.mz
Maputo - Moçambique

qualificações, tecnologias e ligações, e de base social e regional estreita (concentrada em algumas regiões e com impacto social limitado).

Quinto, os mega-projectos são áreas quase exclusivas de intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos elevadíssimos custos, das qualificações e especialização requeridas, da magnitude, das condições competitivas e especialização dos mercados fornecedores e consumidores, geralmente dominados por oligopólios e monopólios. Tipicamente, estas empresas constroem altos níveis de integração vertical ao longo das cadeias produtivas, diversificam horizontalmente para áreas de actividade relacionadas, exercem controlo sobre os mercados em que, ou com que, operam.

Em economias menos desenvolvidas, como a de Moçambique, estas empresas podem exercer considerável poder. Por exemplo, a BHP Billiton, principal accionista da Mozal e das areias minerais de Chibuto, tem um portfólio de investimento em Moçambique superior a 40% do PIB moçambicano o que lhe dá enormes vantagens na negociação política com as instituições públicas.

Sexto, os custos de insucesso (ou *sunk costs*) são altíssimos por causa da dimensão e complexidade destes investimentos. Deste modo, estes empreendimentos são pouco sensíveis a incentivos de curto prazo ou de ocasião, e muito sensíveis às estratégias corporativas globais, dinâmicas dos mercados, condições logísticas e de infra-estruturas, acesso barato e seguro a recursos produtivos e custos do capital. Não admira, pois, que em Moçambique estes projectos sejam orientados para mercados externos maiores e com acordos futuros, invistam massivamente na infra-estrutura e logística que necessitam, exijam livre repatriamento de capitais, negoceiem preços baixos para as matérias-primas e outros principais insumos locais e isenções de direitos nas importações de equipamentos e matérias-primas. Na essência, as decisões de



...Os mega-projectos não têm grande vantagem e interesse em vender a sua produção em Moçambique para promover investimentos a jusante... são geralmente intensivos em capital ... não geram emprego directo proporcional ao seu peso no investimento.

investimento e sua localização, expansão, escolha de mercados e tecnologia são o resultado da combinação de estratégias corporativas num ambiente oligopolista, em vez de respostas de curto e médio prazos a incentivos não estruturais.

Assim, estratégias corporativas num ambiente de competição e cooperação oligopolista definem os mega-projectos, os quais, por sua vez, estruturam a economia nacional. Logo, estas estratégias corporativas estruturam a economia nacional.

Por exemplo, **a decisão de localização da Mozal em Moçambique tem pouco a fazer com hipotéticas vantagens comparativas nacionais (infra-estruturas tiveram que ser reconstruídas, a energia é distribuída e controlada pela ESKOM, mão-de-obra barata e não qualificada é escassa na Mozal, e as principais matérias-primas são importadas).** Assim, para a decisão sobre a localização da Mozal os seguintes factores foram cruciais: um subsídio da ESKOM sobre a energia (principal custo da fundição) para incentivar a Mozal a

estabelecer-se em moçambique de modo a justificar a intervenção da ESKOM na rede de energia Moçambicana; e a disponibilidade do porto da Matola para as importações e exportações da Mozal (mais de metade da actividade deste Porto está associada ao comércio externo da Mozal).

Nos restantes casos, a existência de um recurso natural não renovável (gás, areias minerais, carvão, etc.) é um factor determinante nas decisões de localização do investimento que faz sentido dentro de um quadro estratégico corporativo de controlo e exploração dos recursos.

MEGA-PROJECTOS CONTRIBUIÇÃO LIMITADA

A contribuição dos mega-projectos para economia nacional está, obviamente, relacionada com o seu peso no investimento, emprego, produção e comércio. No entanto, a riqueza gerada pelos mega projectos pertence às corporações que os possuem e controlam



Photo: Victor Julien

e não à economia como um todo.

Portanto, o impacto da riqueza produzida pelos mega projectos na economia nacional é relacionado com o grau de retenção e absorção dessa riqueza pela economia e não apenas pela quantidade de riqueza produzida.

Quer dizer, o impacto da fundição de alumínio ou da exploração do gás e das areias minerais depende de como é que a economia retém e absorve parte do valor de produção e das vendas dessas empresas. Não basta dizer que o impacto é grande porque os mega-projectos contribuem com três quartos das exportações de bens. Essas exportações geram riqueza para os Mega-projectos que, com ela, podem pagar as suas importações. O que é que acontece na economia como um todo? Será esta mais capaz de sustentar investimento e importações para actividades diferentes dos mega-projectos?

A resposta a estas perguntas depende da capacidade de a economia reter parte

da riqueza produzida. Esta retenção faz-se por via das ligações estabelecidas entre o mega projecto e a economia, pois estas ligações permitem multiplicar investimento, redistribuir rendimento, promover consumo e melhorar as capacidades produtivas. Se, por um lado, o mega projecto for uma ilha isolada do resto da economia, a retenção será mínima ou nula. Se, por outro lado, o mega-projecto tiver estabelecido fortes ligações com a economia que o rodeia, a retenção aumentará e, com essa retenção, aumentará o impacto social positivo do mega-projecto.

As principais ligações económicas que se desenvolvem a partir de mega projectos minerais e energéticos são: produtivas, tecnológicas, de emprego, investimento/poupança e fiscais.

Ligações produtivas são difíceis de desenvolver por causa da sofisticação tecnológica dos mega-projectos, da magnitude da sua produção e da fraqueza estrutural da base produtiva nacional. **Os mega-projectos não têm grande vantagem e interesse em vender a**

sua produção em Moçambique para promover investimentos a jusante por causa da pequena dimensão do mercado nacional e dos enormes custos que estariam envolvidos na construção de projectos industriais consumidores das matérias-primas.

Os mercados externos são mais atractivos, com mais opções com possibilidade de vender toda a produção sem ter que procurar e gerir muitos compradores com diferentes especificações, e com a possibilidade de negociar mercados futuros e contrato de médio prazo que estabilizem as vendas e os preços.

Ligações produtivas a montante (fornecedores nacionais dos mega-projectos) também são difíceis de estabelecer dada a fraqueza da base produtiva nacional e às exigências relacionadas com a sofisticação dos standartes de qualidade e certificação que caracteriza a procura de bens e serviços industriais dos mega-projectos.

A capacidade produtiva e logística para fornecer bens e serviços aos mega-projectos exige investimento em tecnologia, formação e aprendizagem e em gestão e logística. No entanto, como os mega-projectos são muito poucos, a soma da sua procura resulta numa função de procura agregada descontínua. Logo, as potenciais empresas fornecedoras não têm o incentivo e espaço para investir suficientemente porque acabam por descobrir os riscos envolvidos em tentarem focar numa procura descontínua da sua produção. Apesar destes problemas, há algumas ligações a montante que já se desenvolveram com os mega-projectos.

ISENÇÕES FISCAIS

Além destas questões, os contratos firmados pelo Governo moçambicano com os mega projectos não prevêm o desenvolvimento de ligações a montante e jusante em Moçambique.

Ligações tecnológicas são problemáticas. Por um lado, os mega-projectos em Moçambique não produzem “produtos tecnológicos”, ou capacidade

A independência libertou a terra e os homens.

Celebremos os 35 anos da Independência Nacional.
Celebremos a força de uma nação e
o orgulho dos seus sonhos concretizados.



HIDROELÉCTRICA DE
CAHORA BASSA
O ORGULHO DE MOÇAMBIQUE



produtiva. Produzem produtos primários, os quais, em si, não permitem transferir tecnologia e ganhos tecnológicos para empresas consumidores a jusante.

A qualidade e quantidade da procura, pelos mega-projectos, de bens e serviços industriais é uma pressão que pode incentivar mudanças tecnológicas nas firmas que se situam na cadeia de produção a montante dos projectos.

No entanto, o carácter discreto e descontínuo da procura, a fraqueza empresarial e as debilidades do sistema financeiro dificultam a transformação tecnológica de empresas fornecedoras de mega-projectos. Algumas conseguiram fazer essa transformação, pelo menos parcial.

Em geral, no entanto, tal transformação acontece em ligação com empresas estrangeiras, e quando ou há outras fontes de procura além dos mega-projectos em Moçambique (o que permita eliminar as descontinuidades da procura) ou o nível de investimento e de salto tecnológico requeridos são pequenos.

Ligações tecnológicas também podem surgir por causa da mobilidade de trabalhadores, gestores e técnicos dos megaprojectos (onde o nível e os standartes são mais altos) para outras empresas a jusante e a montante.

No entanto, geralmente os mega-projectos oferecem melhores condições de trabalho e de carreira profissional do que as outras empresas, pelo que a mobilidade da força de trabalho dos mega-projectos na direcção de outras empresas é muito pequena.

As condições das indústrias nacionais também não facilitam a absorção desta força de trabalho treinada nos mega-projectos. Por exemplo, cerca de dois terços da força de trabalho formada pela Mozal para a fase de construção da fundição nunca foi absorvida por outras obras de construção.

Em vez disso, esta força de trabalho foi integrada no comércio informal. Se a economia não consegue absorver as qualificações na quantidade fornecida, essas qualificações perdem valor económico.

Ligações por via de emprego podem ser directas ou indirectas. As directas estão relacionadas com o emprego gerado nos mega-projectos. Dado que quase todos eles são intensivos em capital, as oportunidades de emprego directo são relativamente escassas. Assim, uma empresa pode produzir dois terços das exportações de bens e 50% da produção industrial bruta com recurso e um terço de todo o investimento privado e só empregar 2% da força de trabalho formal do sector industrial, como é o caso da Mozal. **Se fosse possível fazer um uso alternativo dos recursos, com os US\$ 2.5 biliões investidos num único mega projecto poderiam ter sido criadas 500 empresas espalhadas pelo país, gerando 40 vezes mais postos de trabalho do que o mega-projecto e distribuindo tais empregos mais equitativamente pelo país, diferentes camadas sociais e diferentes tipos e níveis de qualificação.**

Por sua vez, o emprego indirecto não é o resultado directo e automático do mega-projecto. Para que o emprego indirecto aconteça é necessário desenvolver ligações produtivas a montante (fornecedores) e jusante (consumidores) do mega projecto.

Ora, estas ligações requerem novo investimento, capacidades adicionais, etc. Quanto muito, o mega-projecto proporciona uma oportunidade de ligação mas a concretização dessa ligação depende de outras empresas, dos seus interesses e capacidades.

Outra ligação possível é por via do contributo do mega-projecto para o aumento da poupança e do investimento disponíveis para realizar outras actividades económicas.

A concretização destas ligações pecuniárias depende, por um lado, do estabelecimento de ligações produtivas e tecnológicas a jusante e montante e do emprego, pois a oportunidade de investimento pode atrair poupanças para esse investimento. No entanto, como já foi discutido, as ligações produtivas e tecnológicas ainda não se estão a

desenvolver intensivamente.

Por outro lado, as ligações pecuniárias dependem de como é que o mega-projecto afecta o nível de excedente disponível para financiamento da economia e das outras empresas. **No caso de Moçambique, os incentivos fiscais atribuídos aos mega projectos impedem que se reduza a carga fiscal que recai sobre as outras empresas e que melhore a saúde fiscal do Estado.** Logo, o nível de excedente disponível tanto nas empresas como nos cofres do Estado não é auxiliado pelos mega-projectos. Para além disto, parcelas consideráveis do capital privado nacional preferem associar-se a mega projectos tirando proveito das reservas de acções destinadas a Moçambicanos nas concessões mineiras e outras. Assim, ao invés de gerar mais excedente pecuniário disponível para financiamento de outros sectores, os mega-projectos acabam por atrair o excedente desses outros sectores para as áreas mineiras e energéticas.

Portanto, de um modo geral **os mega-projectos ainda não estão a contribuir para ajudar a gerar mais excedente para financiamento de outras empresas e da economia como um todo.**

Os mega-projectos reúnem todas as condições para serem fonte privilegiada de receitas fiscais. Isto acontece porque, por um lado, estes projectos são enormes e os seus custos de insucesso (*sunk costs*) são extremamente altos, que diminui a sua mobilidade e os torna pouco sensíveis a incentivos ocasionais, de curto prazo e não estruturais.

Por outro lado, são projectos com interesses estratégicos localizados, quer por serem centrados na exploração de recursos naturais não renováveis (energéticos e minerais) com localização bem definida, quer por serem guiados por estratégias corporativas oligopolistas que determinam a escolha de localização. Por causa disto, estes projectos não têm interesse em circular à procura de incentivos marginais, pois as suas decisões locais são sempre estratégicas. **(*Títulos e sub-títulos da responsabilidade editorial da revista Energia Moçambique).**

Megaprojectos: Experiência africana de renegociação

- Que lições podem inspirar o Governo e a sociedade civil em Moçambique

POR MARCOS MIGUEL, NOSSO COLABORADOR

*Moçambique
acaba de
estabelecer
os seus Royalties
de produção
de petróleo bruto
em 10 por cento,
enquanto que para
a produção de gás
natural fixou-se
em 6 por cento,
segundo a Lei
nº 12/2007,
de 27 de Junho...*



Imagem ilustra o rio Zambeze onde está erguido a HCB

Quando o Governo é transparente e íntegro, emite sinal de credibilidade para o resto da sociedade civil pelo seu comportamento, o que pode ser notável pela liberdade de circulação de informação...

Na Zâmbia a sociedade civil mostrou-se inconformada com as baixas receitas que o Governo recebia decorrentes da exploração das minas de cobre de Konkola, pela CMK que estão abaixo dos padrões internacionais, conforme os contratos que vigoram há cerca de uma década.

No exercício económico de 2007, a CMK revelou os lucros líquidos da companhia que superavam grandemente os gastos que o Governo zambiano despendia conjuntamente com as áreas de saúde e segurança social.

Curiosamente, a CMK é uma das várias companhias mineiras que na Zâmbia gozam de isenção do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas.

Ela paga apenas 0,6 por cento do imposto de produção, o chamado (Royalties).

Na maioria dos países em vias de desenvolvimento os Royalties, variam entre os 5 e 10 por cento. Existem casos de países, em que estes impostos atingem os 30 por cento.

ROYALTIES

Moçambique acaba de estabelecer os seus Royalties de produção de petróleo bruto em 10 por cento, enquanto que para a produção de gás natural fixou-se em 6 por cento, segundo a Lei nº 12/2007, de 27 de Junho, que aprova o Imposto sobre a Produção de Petróleo. **O seu Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 4/2008, de 9 de Abril.**

No exemplo zambiano, a sociedade civil é representada pelas associações

comerciais e organizações governamentais incluindo a Comissão da Igreja Católica para a Justiça, Desenvolvimento e Paz, Rede das Organizações da Sociedade Civil do Comércio e o Centro Jesuíta para a Reflexão Teológica.

Esta sociedade civil partilha o entendimento de que a CMK paga menos do que devia pagar. E foi a pressão desta juntamente com outros actores, a responsável pelo início das **renegociações**, envolvendo o Governo e as companhias mineiras, sobre os ganhos financeiros e outras receitas decorrentes da exploração das minas de cobre, naquele país da África Austral.

A grande expectativa da sociedade civil, nas renegociações é maximizar os benefícios e minizar os custos.

EXPERIÊNCIA DA RENEGOCIAÇÃO

As renegociações iniciaram com pontos predefinidos pelas partes.

Por um lado, a CMK deveria ter a obrigação de aumentar as receitas pagas ao Executivo zambiano e tornar pública a informação acerca dos valores disponibilizados e publicar os contratos de concessão celebrados com o Governo.

O Governo zambiano deveria por sua vez, aprovar a lei aplicável as companhias contendo diferentes tipos de medidas, devendo garantir a prestação de contas e padrões de transparência que obrigue as concessionárias a publicar os contratos celebrados, a escala de produção económica, os lucros e os impostos no país.

A experiência congoleza assenta igualmente em recursos minerais que representam um terço das reservas mundiais de cobalto e 10 por cento das reservas de cobre.

Contudo, apresenta uma desproporção entre a população rica e a população pobre, onde a média dos cidadãos vivem com rendimentos abaixo de 1 USD por dia, enquanto que as receitas do governo

provenientes da exploração mineira totalizaram apenas **32 milhões USD** em 2006. Recordar que só na província de Katanga operam 284 companhias mineiras.

Em face desta realidade questiona-se onde são alocados estas receitas pelo Governo. E será que todas as empresas pagam os impostos?

Em certas áreas do país ocorrem batalhas campais visando o controlo das minas, levantando dúvidas sobre quem exerce o poder nesses lugares e quem se beneficia desses recursos.

Facto assente é que é a população congoleza que extrai os minerais do subsolo e transporta por vezes gratuitamente e raras vezes fazem a troca de comida.

Ideia generalizada é que a guerra no Congo, o terceiro maior país de África, é mais económica do que política levando a organização da sociedade civil a unir-se no movimento contra a «**congolização**»¹ dos recursos minerais.

No caso de Moçambique, os incentivos fiscais atribuídos aos mega projectos impedem que se reduza a carga fiscal que recai sobre as outras empresas e que melhore a saúde fiscal do Estado.



A congolização é um fenómeno que resulta antes da Conferência de Berlim em 1885 que conferiu a Leopoldo II, a propriedade da terra e do povo da RDC, legitimando a pilhagem dos recursos minerais.

Este processo de congolização prosseguiu durante a dominação Colonial Belga e até mesmo após independência nacional há meio século com apoio da elite local. Este país com uma vasta riqueza mineral acaba de celebrar a 30 de Junho, 50 anos de independência.

BALIZAS DA RENEGOCIAÇÃO

A renegociação dos contratos de mineração não são discutidos sem antes se questionar quem controla os minerais da RDC. Hipoteticamente, há quem admita que nunca os congolezes controlaram os recursos minerais e como poderão renegociar algo que não detêm a sua propriedade.

A visão correcta é a de reivindicar a revisão e renegociação dos contratos de mineração que podem ser visto como parte da reivindicação dos congolezes sobre os seus recursos.

Em Abril de 2007, o Governo congolês tomou a **corajosa decisão de rever todos os contratos de exploração mineira tendo sido identificados 63 contratos que careciam de ser revistos, os quais haviam sido assinados durante as guerras dos anos noventa e outros durante o período de transição.**

Com vista a tornar exequível a decisão do Governo, foram realizados estudos que apontaram para o aprofundamento dos problemas relacionados com os recursos naturais na RDC, que incluíam a intervenção da Comissão Parlamentar incumbida de realizar um inquérito sobre os contratos de exploração mineira.

Do inquérito resultou a elaboração do relatório que foi submetido à Assembleia Nacional que aguarda pela sua discussão.

O relatório denuncia a interferência de políticos de alto nível nas negociações dos contratos o que contribuiu para fraco impacto dos estudos de viabilidade

económica que antecederam a assinatura dos contratos .

Denuncia igualmente as fragilidades dos contratos evidenciado pela concessão de vantagens desproporcionais para as companhias privadas e conseqüentemente o fracasso que se constata nas receitas cobradas.

As investigações do Banco Mundial concluíram igualmente que havia uma exploração ilegal dos recursos da RDC, tendo apresentado a **proposta de novo código de minas** para substituir ao vigente desde 1981, que regula a exploração de minas e petróleo.

A nova proposta de código visava estabelecer benefícios para o povo congolês através de atracção de novos investimentos e gerar uma indústria competitiva.

Paradoxalmente, o Banco Mundial tem sido relutante em estimular e apoiar o processo de negociações dos contratos entre o Governo e as companhias mineiras.

O Ministério das Minas do Congo aprovou um Memorando para a Revisão dos Contratos de Mineração criando uma comissão «ad hoc» para no período de 3 meses estabelecer as bases para o processo de renegociação dos contratos.

A comissão era composta por 28 membros, que representavam a Presidência, o Gabinete do Primeiro-Ministro; o Ministério das Minas, o

Ministério das Finanças, Direcção Nacional do Orçamento, o Ministério da Justiça, o Ministério da Indústria, e o Cadastro Mineiro. A comissão interministerial devia responder ao ministro das Minas.

... NÃO É PACÍFICA

A renegociação dos contratos enquanto um processo genuíno de liderança não foi uma questão pacífica pois foi questionada dentro e fora da RDC .

Foi também censurada a honestidade do Banco Mundial e do FMI no seu engajamento e apoio deste processo.

Paralelamente tem sido desafiadas as companhias de exploração mineira a aceitar a renegociação dos contratos com base na obrigação moral de aceitando a aplicação dos contratos injustos com cláusulas usurárias.

Por sua vez, as companhias mineiras argumentam que o seu trabalho é crucial para o desenvolvimento económico da RDC e que qualquer erro nas negociações pode constituir uma medida de perseguição aos investidores.

Já a sociedade civil entende por sua vez que a decisão de renegociação dos contratos simboliza o começo de uma nova era na RDC, por acreditarem que o povo congolês merece beneficiar dos seus recursos.

Para a sociedade civil a renegociação



Hidroeléctrica de Cahora Bassa

credibilidade para o resto da sociedade civil pelo seu comportamento, o que pode ser notável pela liberdade de circulação de informação que estará disponível para os que devem tomar certas decisões ou são por estas afectadas.

ITIE

Ora, a questão da confidencialidade coloca em causa o cometimento do governo da RDC com os objectivos da ITI E (Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva). Moçambique acaba de submeter a sua adesão a este organismo internacional EITI, na sigla inglesa que agrupa, Governo, sector privado e a sociedade civil.

Em Moçambique a renegociação dos contratos dos mega-projectos tem sido colocada pelo Fórum da Sociedade Civil. Igualmente o assunto tem sido retomado com insistência pelo Prof e economista Carlos Nuno Castel-Branco².

Castel-Branco tem sido a face mais visível da campanha destinado à renegociação dos mega-projectos, Mozal e Sasol cuja contribuição ao Orçamento do Estado nacional é tido como irrelevante.

Branco entende também que os mega projectos não geram benefícios para o Estado moçambica visto serem intensivos em capital, e não gerarem emprego directo proporcional ao peso no investimento, produção e comércio.

Neste número apresantamos as linhas gerais da visão de Castel-Branco, sobre o assunto renegociação dos grandes projectos que continua a ser uma **“pedra no sapato”** do actual Executivo de Guebuza.

O **timing** em que o projecto - Mozal foi concebido e implementado tem sido defendido como tendo servido de um projecto âncora que arrastou outros investimentos, entendimento que não é largamente partilhado pela maioria dos economistas e analistas locais.

Castel-Branco acrescenta que estas empresas, Mozal e Sasol operam em altos níveis de integração vertical ao longo das cadeias produtivas e diversificam horizontalmente as áreas de actividade relacionadas e exercem o controlo sob os mercados onde operam.

No entanto, o Governo moçambicano atribuiu incentivos fiscais muito generosos aos mega projectos que contribuem em cerca de 12% do PIB e três quartos das exportações. Contudo, o seu contributo fiscal é inferior a 1 por cento do PIB. Nenhuma delas, Mozal e Sasol se situa entre os melhores contribuintes do país.

São os mega-projectos que serviriam para duplicar a receita fiscal do Estado e reduzir a dependência externa. Serviriam igualmente os seus dividendos para consolidar a soberania e fortalecer a capacidade do Estado de investir na diversificação da base produtiva. É neste quadro que o fórum da sociedade civil entende que deve haver lugar para renegociação.

O facto ajudaria também a reduzir a carga fiscal de outras empresas, aumentando o financiamento das actividades económicas em outras áreas e regiões do país.

Seria igualmente uma almofada ao actual custo dos produtos petrolíferos, e a luta contra a pobreza, o principal estandarte do actual Executivo.

A sociedade civil moçambicana tem estado a apelar para a necessidade da revisão dos mega-projectos e a experiência zambiana e congoleza podem servir de **“pedra de toque”** deste **puzzle** difícil de aceitar e digerir, a despeito das realidades tomarem algumas diferenças.

Todavia, há aspectos comuns que potencialmente emergem em qualquer processo desta natureza e dos riscos inerentes que devem ser observados. Tudo depende antes de mais da vontade política. E acrescento será que a mesma existe? **O tempo é mestre!...**

Quando o Governo é transparente e íntegro, emite sinal de credibilidade para o resto da sociedade civil pelo seu comportamento, o que pode ser notável pela liberdade de circulação de informação que estará disponível para os que devem tomar certas decisões ou são por estas afectadas. MM/CG

² Extraído da apresentação feita no Fórum da Sociedade Civil sobre a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE), prestada pelo Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane e Director do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Disponível no website do IESE: www.iese.ac.mz

dos contratos não representa qualquer risco aos investimentos. Mas o verdadeiro risco é a incerteza ou falta de clareza por parte do Governo quanto ao controlo e destino das receitas.

Na verdade o receio dos investidores é não querer perder todo o seu investimento querendo tomar precauções para proteger os seus interesses e criar obstáculos à continuidade do processo, que veio a ser concluído fora do prazo estabelecido.

Para obviar esta disparidade de posições o Governo estabeleceu que a **renegociação dos contratos era um assunto de interesse nacional** que deve ser guiado por uma visão nacional e que qualquer que seja a decisão que vier a ser tomada deverá ser entendida como visando proteger o interesse dos cidadãos. Este argumento legitimou a actuação aos eleitos na responsabilidade de regular em nome do povo.

Entendem os congolezes que antes que qualquer renegociação tenha lugar, mostra-se imperioso que seja estabelecida a ordem que parece nunca ter existido. Que o processo de renegociação deve basear-se em transparência, leis e princípios internacionais, sob pena de nulidade.

A transparência literalmente significa que as decisões são adoptadas e executadas obedecendo às leis e regulamentos. **Quando o Governo é transparente e íntegro, emite sinal de**

Espanha no “apoio firme” a Moçambique

//

•••

eu penso que é esta estabilidade política que trouxe e ainda vai trazer, acredito, muitos investidores a Moçambique...o ambiente aqui é bastante favorável. As pesquisas que estão a decorrer, embora eu não seja perito da área de hidrocarbonetos, indicam que há grandes possibilidades da existência de muitos recursos naturais. Quem sabe do próprio petróleo”, diplomata espanhol Alberto Cerezo Sobrino.

O reino da Espanha não desarma no seu apoio financeiro a Moçambique a despeito da sua grave recessão económica, destinando para este ano, cerca de nove milhões de euros, fundamentalmente virado para a electrificação das zonas rurais no país.

O programa de electrificação deverá abranger quatro províncias no norte de Moçambique, Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Inhambane, no sul e está orçado em quatro milhões de euros.

“O projecto deve arrancar em breve e tem ajuda de empresas espanholas”, segundo declarações de Alberto Cerezo Sobrino, chefe-adjunto da missão espanhola em Maputo em entrevista a revista ENERGIA MOÇAMBIQUE.

“A ideia desse projecto é levar a energia eléctrica às comunidades rurais ao longo das províncias abrangidas...as empresas espanholas vão implementar os projectos à luz destes financiamentos que acreditamos que podem ajudar a mudar, para melhor, a vida das populações”, assinala o diplomata espanhol, um dos 19 países, no quadro do apoio programático apoiado igualmente o Orçamento Geral do Estado Mocambicano.



Estamos muito satisfeitos com os projectos implementados no sector da Energia... a central de emergência de Xai-xai é um empreendimento que usou material de ponta e certamente é um orgulho para toda a população de Xai-Xai, Alberto Sobrino.

“Estes são os dois grandes projectos no sector de Energia em implementação neste momento em Moçambique com ajuda de fundos espanhóis”, realçou Sobrino.

O outro projecto que recebeu a assistência espanhola acaba de ser inaugurado, a central de emergência da capital provincial de Gaza, Xai-Xai, sul do país, no valor de 20 milhões de dólares.

O referido projecto, tido como de vital importância, vai suprir as dificuldades resultantes da interrupção de energia a partir da linha dorsal da HCB que liga o norte e o sul do país.

O projecto da Central Eléctrica de Emergência foi financiado por um crédito do Fundo de Ajuda ao Desenvolvimento (FAD aprovado pelo Governo espanhol no

período de 2005/08. Embora a sua implementação tenha aparecido um pouco mais tarde, explicou Sobrino. É um grande projecto que vai garantir que a cidade de Xai – Xai não tenha problemas de falta de corrente eléctrica em casos de interrupção do fornecimento normal da HCB, disse o diplomata.

Moçambique, com uma extensão de pouco mais de 800 mil quilómetros quadrados, apresenta uma das mais baixas taxas de electrificação da zona austral de África, estando as autoridades comprometidas em elevar a actual cobertura de cerca de 15 para 17 por cento até ao final deste quinquénio.

É um desafio que as autoridades implementadoras do projecto, a EDM está comprometida em alargar na base de 100

mil novos consumidores - ano.

Neste momento pelo menos 3.5 milhões de moçambicanos beneficiam já de energia eléctrica de uma população de 20 milhões, segundo o último censo populacional de 2007.

Os projectos devem arrancar em breve e serão feitas com ajuda de empresas do ramo da Espanha, repetiu Sobrino. Mas o apoio ao sector energético não pára por aqui.

“Temos mais fundos que serão desembolsados no futuro. É uma linha de 5 milhões de euros que foi concedida pelo Governo espanhol à Moçambique em Abril de 2007. Actualmente, está-se na fase de identificação desses projectos, principalmente no sector de Energia”, anunciou o diplomata.

São empresas espanholas que vão implementar os projectos aqui. Isto tudo é no âmbito do Fundo de Ajuda ao Desenvolvimento, FAD, na sua fase conclusiva, disse Sobrino.

Há outros projectos a serem implementados no âmbito da cooperação espanhola com Moçambique ou que contam, pelo menos com a participação de empresas espanholas, como a ISOLUX, por exemplo, levando energia eléctrica para a população rural, acrescentou.

Embora o projecto FAD esteja no fim, certamente a Espanha vai continuar a ser um parceiro firme no desenvolvimento de Moçambique no geral, pois, tirando o sector da Energia, a Espanha tem vários outros projectos de desenvolvimento em Moçambique.

E como é que avalia a actual cooperação ou seja os projectos até agora em curso no sector energético?

“Estamos muito satisfeitos com os projectos implementados no sector da Energia, tendo em conta que, por exemplo, a central de emergência de Xai-xai é um empreendimento que usou material de ponta e certamente é um orgulho para toda a população de Xai-Xai”, respondeu Sobrino.

Praticamente todos os projectos no âmbito do FAD foram implementados de forma profissional e estão a ajudar realmente o desenvolvimento da população moçambicana, com enfoque para o campo, disse Sobrino.

EXISTÊNCIA DE PETRÓLEO...

Ele falou do grande potencial energético do país incluindo hidrocarbonetos e do bom ambiente de negócios.

A bacia do Rovuma no norte do país está neste momento sob uma intensa actividade de pesquisa por parte de quase 10 companhias petrolíferas internacionais. A petrolífera americana Anadarko, inclusive acaba de concluir a abertura de três furos em terra e no mar, estando neste momento a proceder a interpretação dos dados recolhidos na região do Rovuma, que compreende as províncias de Cabo-Degado e Nampula.

Portanto, eu penso que é uma possibilidade muito grande que pode trazer desenvolvimento e mudar realmente Moçambique. Creio que neste sentido, as autoridades moçambicanas tem uma grande responsabilidade porque, na verdade, não é fácil gerir um país produtor de petróleo. Cuidado especial deve ser considerado porque já acompanhámos vários casos em que a riqueza petrolífera de um país se tornou numa verdadeira fonte de instabilidade”, advertiu Sobrino.

PETRÓLEO VAI MUDAR MOÇAMBIQUE

Uma possível descoberta de petróleo vai mudar a forma de pensar, no panorama económico e social do país. Eu creio que isso é muito importante porque na verdade, Moçambique pode ter agora a possibilidade de gerar energia através da HCB e outras barragens hidroeléctricas, através de outros sistemas, **mas a descoberta de petróleo pode ter um impacto muito, muito grande que todo o resto**, assinalou o diplomata espanhol, para quem Moçambique possui chances para fazer a virada económica.

Países africanos produtores de petróleo deram mostras ao mundo de que a riqueza petrolífera longe de trazer desenvolvimento veio alimentar a corrupção das elites dirigentes e a instabilidade política.

“Portanto, é importante que as auto-



ridades moçambicanas conheçam qual é o verdadeiro valor da riqueza petrolífera”, realçou.

BARRAGENS...

Abordou igualmente a imensidão da riqueza hídrica nacional e das convulsões presentes quanto à construção de mais barragens, no país, assunto que tem inquietado os ambientalistas locais. Disse que os protestos era normais em qualquer parte do mundo.

Já ouvi falar sim da guerra entre os ambientalistas e o Governo em relação à viabilidade ou não para mais barragens ao longo do Zambeze. O projecto hidroeléctrico de Mpanda N'kwa, no vale do Zambeze está sob fogo cruzado dos ambientalistas locais, descrevendo que a sua construção vai perigar o ecossistema marinho local e localizar-se no camado anel do *rift*, zona propensa de ocorrência sísmica.

“Mas a verdade é que este é um debate, não só de Moçambique, mas de todo o mundo. É um debate que sempre surge

quando um país quer fazer uma grande obra pública energética porque toda a instalação de geração de electricidade tem impacto sobre o ambiente”, avançou Sobrino.

Portanto é impossível que não haja esse debate. Para mim é muito normal até porque mesmo em obras de energias limpas, esse debate não falta porque na verdade há sempre um efeito sobre o ambiente, embora sejam impactos mínimos”, assinalou.

“Por exemplo, na Espanha temos áreas em que temos sistemas de energia eólica e nesses campos, praticamente todos os pássaros desapareceram. Desapareceram porquê se estamos a falar de energias limpas? Desapareceram por causa do efeito das turbinas em funcionamento e esse é um impacto ecológico. Então, o importante é procurarmos fazer com que os impactos nesses empreendimentos sejam mínimos, mas que sempre teremos algum impacto não se pode negar”, disse.

“Então, temos que ter em conta que se nós queremos desenvolvimento, se queremos ter electricidade temos que arriscar e medir entre o impacto sobre a natureza e os ganhos que nós teremos a partir destes projectos”, explicou Sobrino a questão do custo-benefício em obras de grande engenharia.

O Projecto Mpanda Nkwa promete avançar apesar do coro de protestos e tem o apoio decisivo da empresa brasileira Camargo&Correia e está orçado em quase dois biliões de dólares americanos.

ENERGIA EÓLICA

A Espanha está disposta em apoiar projectos na área de energia eólica dependendo da solicitação das autoridades nacionais, segundo o diplomata, para quem a Espanha possui um grande potencial de conhecimento sobre o sector.

A matriz energética mocambicana assenta numa combinação de energia gerada de várias fontes entre hídrica, térmica, biocombustíveis, até às energias renováveis, eólica e solar.

E como é que a experiência espanhola da energia eólica pode ser transmitida a Moçambique? **Bom, eu não sei qual é a situação real de Moçambique em relação ao aproveitamento da energia eólica.**

“Mas, parece-me que a realidade mocambicana precisa de uma quantidade de energia maior gerada por exemplo, a partir de uma central eléctrica, enquanto que os sistemas eólicos são para necessidades mínimas e localizadas. Mas, realmente a Espanha tem uma grande experiência em sistemas de energia eólica e certamente a Espanha está disposta a apoiar Moçambique caso queira massificar estes sistemas”, anunciou.

ESTABILIDADE POLÍTICA

A paz e estabilidade política que marcam os mais de 15 anos após o fim da guerra de desestabilização trouxeram maior confiança dos investidores estran-

geiros.

“Esse pressuposto é fundamental porque toda a empresa que chega a um país precisa de ter esta estabilidade e segurança para poder levar avante os seus projectos. Seja um projecto de 5 dias, de 6 meses ou de 25 anos, o clima da paz e estabilidade deve estar em primeiro lugar” disse Sobrino, para quem Moçambique é um porto seguro e um exemplo de transição da guerra para paz.

A guerra de desestabilização de 16 anos que terminou em 1992, com o Acordo Geral de Paz de Roma, sepultou importantes projectos sócio-económicos e fez um cortejo de pouco mais de um milhão de mortos.

“O apoio institucional que cada Governo pode oferecer aos seus investidores é a protecção de qualquer acção relacionada com o crime, e com guerra, e eu penso que é esta estabilidade política que trouxe e ainda vai trazer, acredito, muitos investidores a Moçambique”, realçou o diplomata espanhol.

Na verdade, até se pode dizer que os projectos de 3/4 dias não precisem, mas uma companhia não vai assinar um contrato de 25 anos em Moma, se não confiar no Governo do país e se não houver paz e estabilidade”, disse Sobrino mostrando esperança em relação ao país.

A concluir disse que o seu país vai manter firme o seu apoio ao desenvolvimento sustentável de Moçambique.

MBanze F/CG

PUB. _____



PROJECTO MEDIA: ENERGIA MOÇAMBIQUE

O que diz a lei do Petróleo?

(IV PARTE)

Assembleia da República Lei nº 3 / 2001 de 21 de Fevereiro

Os recursos petrolíferos constituem um património cuja correcta exploração, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento nacional.

A experiência da aplicação da Lei nº 3/81, de 3 de Outubro, que regula as operações petrolíferas, os desenvolvimentos significativos que se verificaram no mercado do petróleo e a actual ordem económica do país que reconhece o papel importante que cabe à iniciativa privada na realização de investimentos, impõem a adopção de um quadro jurídico que assegure maior competitividade no sector petrolífero e garanta a protecção dos direitos e bens dos intervenientes nas operações petrolíferas.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no nº: 1 do artigo 135 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Capitulo IV Terra e ambiente (Artigo20)

1. O uso e aproveitamento de terras para realização de operações petrolíferas rege-se pela legislação sobre o uso e aproveitamento da terra, sem prejuizo do estabelecido nos números seguintes.

2. Para efeitos de realização de operações petrolíferas , a duração do

direito de uso e aproveitamento da terra é compatível com o estabelecido no respectivo contrato.

3. Os terrenos onde se encontram as instalações e uma faixa circundante a ser definida pelo regulamento, consideram-se zonas de protecção parcial, nos termos da legislação sobre o uso e aproveitamento da terra.

4. O titular do direito de exercicio de operações petrolíferas que, por força do exercicio dos seus direitos na área abrangida pelo contrato, que cause danos às culturas, solos, construções ou benfeitorias ou determine a transferência dos utentes ou ocupantes legais das terras da respectiva área de contrato, incorre na obrigação de indemnizar os titulares dos referidos bens e os transferidos.

5. Sem prejuízo do pagamento das indemnizações que forem devidas, o titular do direito de realização de operações petrolíferas pode exigir a constituição de certidões de passagem, em conformidade com a legislação em vigor, para o acesso aos locais onde as operações petrolíferas são realizadas.

Artigo 21 (Acesso a zonas de jurisdição marítima)

O acesso aos locais de operações petrolíferas nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva e demais zonas de jurisdição marítima é definida pela Lei nº 4/96, de 4 de Janeiro, e demais legislação aplicável.

Artigo22 (Inspeção)

1. O governo pode inspecionar os locais, incluindo os edificios e instalações , onde estejam a ser realizadas operações petrolíferas.

2. Para a realização da inspeção o Governo pode indicar uma entidade independente ou comissão criada para o efeito.

3. Os termos e condições em que é realizada a inspeção referida nos números anteriores são estabelecidos por regulamento.

Artigo 23 (Protecção e segurança ambiental)

1. Para além de levar a cabo as suas operações de acordo com as boas práticas relativas a campos petrolíferos, o titular dos direitos de pesquisa e produção deve realizar as operações petrolíferas em conformidade com a legislação ambiental e outra aplicável, bem como os contratos, com o fim de:

a) Assegurar que não haja danos ou destruições ecológicas causadas pelas operações petrolíferas e que, quando inevitáveis estejam em conformidade com padrões internacionalmente aceites, devendo para este efeito realizar e submeter às entidades competentes, para aprovação, de estudos do impacto ambiental, incluindo medidas de mitigação deste impacto;

b) Controlar o fluxo e evitar a fuga ou a perda de petróleo descoberto ou produzido na área de contrato;

c) Evitar a danificação do reservatório de petróleo;

d) Evitar a destruição de terrenos, do lençol freático, árvores, culturas, edificios ou outras infra-estruturas e bens;

e) Limpar os locais após o termo das operações petrolíferas e cumprir com os requisitos para a restauração do ambiente;

f) Garantir a segurança do pessoal na planificação e realização de operações petrolíferas e tomar medidas preventivas quando a sua segurança física estiver em risco;

g) Reportar à entidade competente sobre o número de descargas operacionais e acidentais, derrames e desperdícios e perdas resultantes das operações petrolíferas.

h) O titular de direitos ao abrigo da presente Lei deverá actuar na condução de operações petrolíferas de forma segura e efectiva com o fim de garantir que seja dado um destino as águas às aguas poluídas e ao desperdício de petróleo de acordo com métodos aprovados, bem como o encerramento seguro de todos os furos e poços antes do seu abandono.

Continua na próxima edição



SO RUMO À MODERNIDADE

Revista Aeroportos de Moçambique



S Status acaba de entrar numa nova éra de serviços, estando presentemente a assessorar a imagem da companhia que faz a gestão da maioria dos aeroportos do país, ADM, na sigla em português.

A companhia completa em Novembro o seu trigéssimo aniversário, devendo o momento coincidir com a abertura das portas da primeira fase da modernização do Aeroporto Internacional de Maputo que compreende uma nova torre de controlo de tráfego aéreo, uma sala VIP e um novo terminal de passageiros para os voos internacionais.

N um outro desenvolvimento, a Status acaba de estabelecer com a cantora **Mingas**, actualmente embaixadora das Nações Unidas para os objectivos de milénio (ODM), uma parceria estratégica de educação, informação e promoção, no quadro dos ODM.

Tida como uma das mais expressivas cantoras do país, Mingas, como é carinhosamente tratada pelos seus fãs, trabalha presentemente a solo, depois da sua passagem triunfante pela orquestra "Marrabenta Moçambique", da rádio nacional, RM há cerca de duas décadas.

Ela acaba de ser elevada na África do Sul como a primeira cantora-embaixadora moçambicana para os objectivos do milénio, uma meta que o país parece bem encaminhada. Um dos objectivos do milénio inclui a redução para metade da mortalidade materno-infantil até 2015.

A actual taxa de mortalidade infantil, menores de 5 anos de idade, na África Subsahariana, é de 144 em cada 1000 novos nados-vivos, cifra tida como das mais altas do mundo.

Cerca de 54 por cento dos moçambicanos vive abaixo da linha de pobreza, com menos de um dólar norte-americano. A imagem mostra Mingas numa audiência com o Primeiro-ministro, Aires Aly.

Como parte das suas actividades, a Status acaba de obter igualmente o agenciamento exclusivo da Instalfogo, a maior companhia da Europa de gestão de riscos de incêndio. Uma equipa de dois funcionários está a caminho da capital portuguesa, Lisboa para treino de especialidade desta firma certificada pela maior operadora do género nos EUA.

A imagem ilustra o momento do lançamento da revista da ADM, evento que teve lugar num dos hotéis de Maputo. No centro está o Presidente Executivo da ADM, **Dr Manuel Veterano** ladeado, à sua direita, pelo administrador executivo da Status, empresa de comunicação e consultoria, dr. **Inguila Sevene**, à esquerda pelo Director editorial da revista.